

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Combate às drogas

No combate às drogas ilícitas vamos de mal a bem pior. Até quando insistiremos nesse autoengano policialesco-repressivo-ridículo que corrompe a sociedade e abarrota as cadeias do país?

Faço essa observação, leitor, porque será votado na Câmara um projeto de lei que endurece ainda mais as penas impostas a usuários e traficantes.

Em primeiro lugar, não sejamos ingênuos, a linha que separa essas duas categorias é para lá de nebulosa: quem usa, trafica. O universitário de família privilegiada compra droga só para ele? O menino da periferia resiste à tentação de vender uma parcela da encomenda, para diminuir o custo de sua parte? Como amealha recursos o craqueiro da sarjeta que tem por princípio não roubar nem pedir esmola?

Nas ruas, quem decide como enquadrar o portador de droga apanhado em flagrante é o policial. Entre o universitário branco de boas posses e o mulato do Capão Redondo você consegue adivinhar quem irá preso como traficante?

Embora considerada tolerante, a legislação vigente desde 2006 agravou a situação das cadeias. Naquele ano, foram presos por tráfico 47 mil pessoas, que correspondiam a 14% do total de presos no país. Em 2010, esse número saltou para 106 mil, ou 21% do total.

O projeto a ser votado propõe várias ações controversas, para dizer o mínimo.

Entre elas, a ênfase descabida na internação compulsória, enquanto os estudos mostram que o acompanhamento ambulatorial é a estratégia mais importante para a reinserção familiar e social dos dependentes. Isolá-los só se justifica nos casos extremos em que existe risco de morte.

O projeto propõe uma classificação surrealista das drogas de acordo com sua capacidade de causar dependência, segundo a qual alguém surpreendido com crack seria condenado a pena mais longa do que se carregasse maconha.

No passado, os americanos adotaram lei semelhante, que condenava o vendedor de crack a passar mais tempo na cadeia do que o traficante de cocaína em pó. As contestações judiciais e os problemas práticos foram de tal ordem que a lei foi revogada, há mais de dez anos.

O projeto reserva atenção especial à criação de um incrível "cadastro nacional de usuários". No artigo 16, afirma que "instituições de ensino deverão preencher ficha de notificação, suspeita ou confirmação de uso e dependência de drogas e substâncias entorpecentes para fins de registro, estudo de caso e adoção de medidas legais".

Nossos professores serão recrutados como delatores dos alunos para os quais deveriam servir de exemplo? Os colégios mais caros entregarão os meninos que fumam maconha para inclusão no cadastro nacional e "adoção de medidas legais"?

O mais grave, entretanto, é o endurecimento das penas. Segundo a lei atual, a pena mínima para o fornecedor clássico é de cinco anos; o novo projeto propõe oito anos. Os que forem apanhados com equipamento utilizado no preparo de drogas, apenados com três a dez anos na legislação de hoje, passariam a cumprir de oito a 20 anos. As penas atuais de dois a seis anos dos informantes que trabalham para grupos de traficantes seriam ampliadas para seis a dez anos. E por aí vai.

Enquanto um assassino covarde responde ao processo em liberdade, quem é preso com droga o faz em regime fechado.

Não quero entrar na discussão de quanto tempo um traficante merece passar na cadeia, estou interessado em saber quanto vamos gastar para enjaulá-los.

Vejam o exemplo do Estado de São Paulo, que conta com 150 penitenciárias e 171 cadeias públicas. Apenas para reduzir a absurda superlotação atual deveríamos construir mais 93 penitenciárias.

Se levarmos em conta que são efetuadas cerca de 120 prisões por dia, enquanto o número de libertações diárias é de apenas cem, concluímos que é necessário construir dois presídios novos a cada três meses.

VARELLA Dráuzio. Combate às drogas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/1250736-combate-as-drogas.shtml>>. Acesso em: 19/09/2013.

A partir da leitura do texto apresentado, responda às questões de 01 a 10.

01. Pode-se afirmar que este é um texto do tipo:

- a) descritivo.
- b) narrativo.
- c) injuntivo.
- d) argumentativo.
- e) instrucional.

02. O autor, no 2º parágrafo, cita o leitor. Essa citação tem como objetivo:

- a) mostrar que o leitor faz parte do texto.
- b) mostrar que o leitor concorda totalmente com seus argumentos.
- c) utilizar de recurso argumentativo para chamar a atenção do leitor.
- d) fazer com que o leitor seja um amigo.
- e) criticar o leitor que discorde de sua opinião.

03. No trecho encontrado no 10º parágrafo: “cadastro nacional de usuários”, o autor utiliza as aspas com qual objetivo?

- a) Dar ênfase ao trecho.
- b) Ironizar.
- c) Mostrar que está de acordo com o explicitado no trecho.
- d) Chamar a atenção do leitor.
- e) Identificar que ele é o autor do fato mencionado no trecho.

04. Considerando o seguinte trecho retirado do texto: “os americanos adotaram lei semelhante” (9º parágrafo), assinale a figura de linguagem presente nele.

- a) prosopopeia
- b) metáfora
- c) metonímia
- d) eufemismo
- e) anástrofe

05. “Em 2010, esse número saltou para 106 mil, ou 21% do total...” (5º parágrafo). O pronome ESSE refere-se:

- a) a todos os presos por tráfico em 2010.
- b) a 21% do total de presos no país.
- c) ao ano de 2006.
- d) ao total de presos no nosso país.
- e) às 47 mil pessoas presas por tráfico no nosso país em 2006.

06. "... quem usa, trafica..." (3º parágrafo). A relação semântica expressa é de:

- a) comparação.
- b) causa.
- c) condição.
- d) consequência.
- e) oposição.

07. A palavra "tráfico", presente no texto, não deve ser confundida com "tráfego", seu parônimo. Em que alternativa o par de vocábulos é um exemplo de homonímia e não de paranímia?

- a) flagrante / fragrante
- b) coser / cozer
- c) emenda / ementa
- d) mandato / mandado
- e) absorver / absolver

08. No 7º parágrafo, a expressão "Entre elas" remete-se:

- a) a todo parágrafo anterior.
- b) ao projeto a ser votado.
- c) a todo o texto.
- d) ao trecho "... a ênfase descabida na internação compulsória..."
- e) ao trecho "... várias ações controversas..."

09. São recursos argumentativos, **EXCETO**:

- a) ironia
- b) discurso direto
- c) discurso indireto
- d) lítotes
- e) enunciado

10. Em qual alternativa não se admite dupla prosódia?

- a) oceânia
- b) ciúme
- c) projétil
- d) réptil
- e) acróbata

LEGISLAÇÃO

Considerando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, responda às questões de 11 a 17.

11. Marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo período de 1 (um) ano.
- b) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- c) É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- d) Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- e) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

12. Quanto à licença por acidente em serviço, pode-se afirmar:

- I) Será licenciado, com remuneração parcial, o servidor acidentado em serviço.
- II) Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.
- III) O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.
- IV) A prova do acidente será feita no prazo de 30 (trinta) dias, não podendo ser prorrogado.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Somente I, II e IV estão corretas.
- b) Somente I, II e III estão corretas.
- c) Somente I, III e IV estão corretas.
- d) Somente II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

13. A vacância do cargo público decorrerá de, **EXCETO**:

- a) exoneração
- b) demissão
- c) promoção
- d) posse em outro cargo acumulável
- e) readaptação

14. Quanto ao Adicional por Serviço Extraordinário, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O serviço extraordinário nunca será remunerado.
- b) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho.
- c) Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite de 6 (seis) horas por jornada.
- d) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho.
- e) Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada

15. Quanto ao auxílio-natalidade, marque V (verdadeira) ou F (falsa).

- () Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por nascituro.
- () O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, exceto no caso de natimorto.
- () O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, F, V
- d) F, F, F
- e) V, F, V

16. Ao servidor investido em mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, **EXCETO**:

- a) Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.
- b) Investido no mandato de vereador e havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) Poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
- e) No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

17. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/90, Do Processo Administrativo Disciplinar, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas verbalmente, confirmada a autenticidade.
- b) Quando o fato narrado configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.
- c) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante portaria disciplinar.
- d) Da sindicância, poderá resultar arquivamento do processo, aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, instauração de processo disciplinar.
- e) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias.

18. Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, é vedado ao servidor público, **EXCETO**:

- a) O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- b) Prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.
- c) Exercer atividade profissional ética ou não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- d) Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- e) Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.

Conforme a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, responda às questões de 19 a 21.

19. São brasileiros naturalizados:

- I) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, sendo exigida dos originários de países de língua portuguesa residência por no mínimo 10 (dez) anos ininterruptos.
- II) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil por 5 (cinco) anos ininterruptos.
- III) os portugueses com residência provisória no País, porém não lhes serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas III está correta..
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão incorretas.

20. Marque a alternativa **CORRETA**. Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) Todos serão obrigados a filiar-se ou a manter-se filiados a sindicatos.
- b) Não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- c) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- d) Ao sindicato, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- e) É autorizada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados.

21. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) Liberdade
- b) Legalidade
- c) Impessoalidade
- d) Eficiência
- e) Publicidade

22. Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os critérios de, **EXCETO**:

- a) Atuação conforme a Lei e o Direito.
- b) Objetividade no atendimento do interesse público, sendo permitida a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- c) Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- d) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- e) Impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

23. Quanto aos atos ordinatórios, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- 1 - Circulares
- 2 - Portarias
- 3 - Ofícios
- 4 - Ordens de serviço

- () São comunicações escritas que as autoridades fazem entre si, entre subalternos e superiores e entre Administração e particulares, em caráter social. Tanto podem conter matéria administrativa como social.
- () São atos administrativos internos pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários.
- () São ordens escritas, de caráter uniforme, expedidas a determinados funcionários ou agentes administrativos incumbidos de certo serviço ou do desempenho de certas atribuições em circunstâncias especiais.
- () São determinações especiais dirigidas aos responsáveis por obras ou serviços públicos autorizando seu início, ou contendo imposições de caráter administrativo, ou especificações técnicas sobre o modo e forma de sua realização.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) 3, 2, 1, 4
- b) 3, 1, 2, 4
- c) 1, 2, 3, 4
- d) 4, 1, 2, 3
- e) 3, 1, 4, 2

24. Quanto aos cargos e funções dos servidores públicos, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) Classe – é o agrupamento de cargos da mesma profissão, e com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos. As classes constituem os degraus de acesso na carreira.
- b) Quadro – é o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, órgão ou Poder. O quadro pode ser permanente ou provisório, mas sempre estanque, não admitindo promoção ou acesso de um para outro.
- c) Cargo de chefia – é o que se destina à direção de serviços. Pode ser de carreira ou isolado, de provimento efetivo ou em comissão, tudo dependendo da lei que o constituir.
- d) Cargo isolado – é o que se escalona em classes, para acesso privativo de seus titulares, até o da mais alta hierarquia profissional.
- e) Carreira – é o agrupamento das classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo a hierarquia do serviço, para acesso privativo dos titulares que a integram, mediante provimento ordinário.

Com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, responda às questões de 25 a 30.

25. Quanto dos crimes e da pena, relacionados às sanções administrativas e da tutela judicial, capítulo IV, da lei supra mencionada, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou a inexigibilidade: Pena – detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos e multa.
- b) Frustar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto de licitação: Pena – detenção de 3 (três) a 6 (seis) anos.
- c) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário: Pena – detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- d) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório: Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.
- e) Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.

26. Assinale a alternativa **INCORRETA**, quando “Do Processo e do Procedimento Judicial”.

- a) Quando em autos ou documentos de que conhecerem, os magistrados, os membros dos Tribunais ou Conselhos de Contas ou os titulares dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de qualquer dos Poderes verificarem a existência dos crimes definidos nessa Lei, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.
- b) Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não inferior a 8 (oito) e indicar as demais provas que pretenda produzir.
- c) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.
- d) Os crimes definidos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- e) Da sentença, cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.

27. Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato, **EXCETO**:

- a) O cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
- d) O atraso injustificado no início da obra, do serviço ou do fornecimento.
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

28. No que concerne à execução dos contratos, é **CORRETO** afirmar:

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, sendo vetada a contratação de terceiros para assisti-lo ou subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- b) O contratado não deverá manter preposto, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- c) O contratado não é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- d) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- e) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas. Quanto aos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, estes ficam a cargo do contratante.

29. As compras, sempre que possível, deverão, **EXCETO**:

- a) Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
- b) Submeter-se às condições de aquisição e pagamento totalmente diferentes às do setor privado.
- c) Ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.
- d) Ser processadas através de sistema de registro de preços.
- e) Balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

30. É dispensável a licitação, **EXCETO**:

- a) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, mesmo não sendo caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano consecutivo e ininterrupto, contado da ocorrência da emergência ou calamidade, podendo os respectivos contratos serem prorrogados por igual período.
- c) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- d) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor do mercado, segundo avaliação prévia.
- e) Para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestadamente vantajosas para o Poder Público.

L Í N G U A P O R T U G U E S A

➤ Leia com atenção o seguinte texto e volte a ele sempre que julgar necessário.

Plebiscito

1. A cena passa-se em 1890.
2. A família está toda reunida na sala de jantar.
3. O senhor Rodrigues palita os dentes, repimpado numa cadeira de balanço. Acabou de comer como um abade.
4. Dona Bernardina, sua esposa, está muito entretida a limpar a gaiola de um canário-belga.
5. Os pequenos são dois, um menino e uma menina. Ela distrai-se a olhar para o canário. Ele, encostado à mesa, os pés cruzados, lê com muita atenção uma das nossas folhas diárias.
6. Silêncio.
7. De repente, o menino levanta a cabeça e pergunta:
8. — Papai, que é plebiscito?
9. O senhor Rodrigues fecha os olhos imediatamente para fingir que dorme.
10. O pequeno insiste:
11. — Papai?
12. Pausa:
13. — Papai?
14. Dona Bernardina intervém:
15. — Ó seu Rodrigues, Manduca está lhe chamando. Não durma depois do jantar, que lhe faz mal.
16. O senhor Rodrigues não tem remédio senão abrir os olhos.
17. — Que é? que desejam vocês?
18. — Eu queria que papai me dissesse o que é plebiscito.
19. — Ora essa, rapaz! Então tu vais fazer doze anos e não sabes ainda o que é plebiscito?
20. — Se soubesse, não perguntava.
21. O senhor Rodrigues volta-se para dona Bernardina, que continua muito ocupada com a gaiola:
22. — Ó senhora, o pequeno não sabe o que é plebiscito!
23. — Não admira que ele não saiba, porque eu também não sei.
24. — Que me diz?! Pois a senhora não sabe o que é plebiscito?
25. — Nem eu, nem você; aqui em casa ninguém sabe o que é plebiscito.
26. — Ninguém, alto lá! Creio que tenho dado provas de não ser nenhum ignorante!
27. — A sua cara não me engana. Você é muito prosa. Vamos: se sabe, diga o que é plebiscito! Então? A gente está esperando! Diga!...
28. — A senhora o que quer é enfezar-me!
29. — Mas, homem de Deus, para que você não há de confessar que não sabe? Não é nenhuma vergonha ignorar qualquer palavra. Já outro dia foi a mesma coisa quando Manduca lhe perguntou o que era proletário. Você falou, falou, falou, e o menino ficou sem saber!
30. — Proletário — acudiu o senhor Rodrigues — é o cidadão pobre que vive do trabalho mal remunerado.
31. — Sim, agora sabe porque foi ao dicionário; mas dou-lhe um doce, se me disser o que é plebiscito sem se arrear dessa cadeira!
32. — Que gostinho tem a senhora em tornar-me ridículo na presença destas crianças!
33. — Oh! ridículo é você mesmo quem se faz. Seria tão simples dizer: — Não sei, Manduca, não sei o que é plebiscito; vai buscar o dicionário, meu filho.
34. O senhor Rodrigues ergue-se de um ímpeto e brada:
35. — Mas se eu sei!
36. — Pois se sabe, diga!
37. — Não digo para me não humilhar diante de meus filhos! Não dou o braço a torcer! Quero conservar a força moral que devo ter nesta casa! Vá para o diabo!
38. E o senhor Rodrigues, exasperadíssimo, nervoso, deixa a sala de jantar e vai para o seu quarto, batendo violentamente a porta.
39. No quarto havia o que ele mais precisava naquela ocasião: algumas gotas de água de flor de laranja e um dicionário...
40. A menina toma a palavra:
41. — Coitado de papai! Zangou-se logo depois do jantar! Dizem que é tão perigoso!
42. — Não fosse tolo — observa dona Bernardina — e confessasse francamente que não sabia o que é plebiscito!

43. — Pois sim — acode Manduca, muito pesaroso por ter sido o causador involuntário de toda aquela discussão — pois sim, mamãe; chame papai e façam as pazes.

44. — Sim! Sim! façam as pazes! — diz a menina em tom meigo e suplicante. — Que tolice! Duas pessoas que se estimam tanto zangarem-se por causa do plebiscito!

45. Dona Bernardina dá um beijo na filha, e vai bater à porta do quarto:

46. — Seu Rodrigues, venha sentar-se; não vale a pena zangar-se por tão pouco.

47. O negociante esperava a deixa. A porta abre-se imediatamente.

48. Ele entra, atravessa a casa, e vai sentar-se na cadeira de balanço.

49. — É boa! — brada o senhor Rodrigues depois de largo silêncio — é muito boa! Eu! eu ignorar a significação da palavra *plebiscito*! Eu!...

50. A mulher e os filhos aproximam-se dele.

51. O homem continua num tom profundamente dogmático:

52. — Plebiscito...

53. E olha para todos os lados a ver se há ali mais alguém que possa aproveitar a lição.

54. — Plebiscito é uma lei decretada pelo povo romano, estabelecido em comícios.

55. — Ah! — suspiram todos, aliviados.

56. — Uma lei romana, percebem? E querem introduzi-la no Brasil! É mais um estrangeirismo!...

AZEVEDO, Artur. Plebiscito. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Com direito à palavra*: dicionários em sala de aula. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012. p. 73-74.

31. A dúvida que desencadeia o conflito é de natureza:

- a) morfológica.
- b) sintática.
- c) fonológica.
- d) semântica.
- e) estilística.

32. Marque a alternativa cujo par melhor descreve a oposição psicológica entre o marido e a esposa, nesse conto de Artur Azevedo.

- a) marido presunçoso x esposa sincera
- b) marido vaidoso x esposa presunçosa
- c) marido irônico x esposa franca
- d) marido eloquente x esposa lacônica
- e) marido arreadio x esposa sociável

33. A seguir, inserimos modificações em segmentos do texto de modo a produzir figuras de linguagem, que identificamos nos parênteses.

- (I) “— Ora essa, rapaz! Então tu vais fazer doze anos e não sabes ainda o que é plebiscito?” (§ 19) → “— Ora essa, rapaz! Então tu vais fazer doze primaveras e não sabes ainda o que é plebiscito? (METONIMIA)
- (II) “— Nem eu, nem você; aqui em casa ninguém sabe o que é plebiscito.” (§ 25) → — Nem eu, nem você; aqui em casa todos ignoramos o que é plebiscito. (SILEPSE)
- (III) “— Não sei, Manduca, não sei o que é plebiscito; vai buscar o dicionário, meu filho.” (§ 33) → Não sei, Manduca, não sei o que é plebiscito; vai buscar o pai dos burros, meu filho. (METÁFORA)
- (IV) “— Coitado de papai! Zangou-se logo depois do jantar!” (§ 41) → — Coitado de papai! Zangou-se logo depois do jantar! E olhe que comeu dois pratos! (METÁFORA)
- (V) “Quero conservar a força moral que devo ter nesta casa!” (§ 37) → A força moral que devo ter nesta casa, quero conservá-la. (PLEONASMO)

A identificação da figura de linguagem:

- a) está correta em todos os itens.
- b) está incorreta em todos os itens.
- c) está correta somente nos itens (I) e (II).
- d) só não está correta nos itens (III) e (V).
- e) só não está correta no item (IV).

34. O personagem Manduca, atento à conjugação verbal no imperfeito do subjuntivo, assim se expressa: “— Se soubesse, não perguntava.” (§ 20). Só **NÃO** manteria, entretanto, o padrão culto, se dissesse algo do tipo:

- a) Se papai não intervisse, eu cometeria muitos erros nos exames.
- b) Se papai reavesse o que perdeu, nossa família ficaria feliz.
- c) Se papai revisse suas posições, teríamos menos discórdia.
- d) Se papai se dispusesse a me ensinar, eu teria notas melhores.
- e) Se papai requeresse a pensão, nós viveríamos com mais conforto.

35. Considerando-se aspectos variados da gramática da língua portuguesa, avalie os seguintes comentários feitos a partir de segmentos do texto.

- (I) “Não durma depois do jantar, que lhe faz mal.” (§ 15) → Se, no período, substituirmos a conjunção que pela conjunção pois, não haverá prejuízo da mensagem pretendida pelo autor do texto.
- (II) “Então tu vais fazer doze anos e não sabes ainda o que é plebiscito?” (§ 19) → Nesse segmento, o personagem se dirige ao filho tratando-o por tu; se optasse pelo tratamento respeitoso vós, assim deveria dizer, conforme a norma culta: Então vós ides fazer doze anos e não sabeis ainda o que é plebiscito?
- (III) “O senhor Rodrigues volta-se para dona Bernardina, que continua muito ocupada com a gaiola...” (§ 21) → Nesse trecho, o pronome relativo contribui para a coesão textual, introduz uma oração adjetiva explicativa e exerce função sintática de complemento verbal.
- (IV) “... vai buscar o dicionário, meu filho.” (§ 33) → Caso o autor pretendesse substituir o complemento desse trecho por um pronome, a forma adequada de fazê-lo seria: ... vai buscá-lo, meu filho.
- (V) “Quero conservar a força moral que devo ter nesta casa!” (§ 37) → Segundo a norma culta, o pronome demonstrativo, nesse segmento, está corretamente empregado: nesta casa se refere à casa em que se encontra a pessoa que fala.
- (VI) “Dizem que é tão perigoso!” (§ 41) → Nessa fala, a personagem vale-se da terceira pessoa do plural para marcar a indeterminação do sujeito.
- (VII) ““... E olha para todos os lados a ver se há ali mais alguém ...” (§ 53)” → Nesse trecho, a forma verbal há concorda com o pronome alguém, que funciona como sujeito.

Avaliados os comentários, aponte a alternativa **CORRETA**.

- a) Em todos os comentários, há incorreção.
- b) Não há incorreção em nenhum dos comentários.
- c) Somente nos comentários (III) e (VII) há incorreção.
- d) Somente nos comentários (IV), (V) e (VI) há incorreção.
- e) Somente no comentário (II) há incorreção.

36. Leia o seguinte trecho: “— A sua cara não me engana. Você é muito prosa. Vamos: se sabe, diga o que é plebiscito! Então? A gente está esperando! Diga!...” (§ 27)

Nesse segmento, o autor utilizou a vírgula pelo mesmo motivo por que se usa na frase abaixo:

- a) Olha, Tiago, você pode ser reprovado no concurso.
- b) Francisco, o Papa, visitou o Brasil este ano.
- c) Quando o verão chegar, as roupas de inverno serão guardadas.
- d) A tartaruga, conhecido réptil aquático, vem à terra para a desova.
- e) Seu esforço era notório, mas foi tudo em vão.

37. Leia o seguinte fragmento: “... Já outro dia foi a mesma coisa quando Manduca lhe perguntou o que era proletário. Você falou, falou, falou, e o menino ficou sem saber!” (§ 29)

A mesma regência da forma verbal assinalada repete-se na seguinte alternativa:

- a) A proposta do funcionário não lhe agradou muito.
- b) A conquista do pão custa ao pobre muitos sacrifícios.
- c) Aos pais, os filhos lhes obedecem em tudo.
- d) Muitas pessoas assistiam ao belo espetáculo.
- e) Chegaram a Brasília os novos pesquisadores.

38. No trecho “Ele, encostado à mesa...” (§ 5), o escritor, fiel à língua escrita culta, emprega o sinal indicativo da crase para assinalar a contração da preposição com o artigo. Há, entretanto, outras situações em que se recomenda o uso do sinal da crase. Avalie o seu emprego nas frases seguintes, antepondo-lhes C ou E, conforme estejam certas ou erradas.

- () O empresário não sabia nada à respeito do assunto.
- () Às oito horas, fui à igreja e assisti ao sermão de padre Eustáquio.
- () O remédio foi dado aquele paciente, no hospital, gota à gota.
- () A autoridade à quem dirigi a carta respondeu-me prontamente.
- () A falta de dinheiro leva o cidadão a circunstâncias vexatórias.
- () A escritora a qual nos referimos é nossa vizinha.
- () Não me dirijo a você, mas à que acaba de chegar.
- () Passou os dias à pensar em como se sair daquela situação embaraçosa.

Agora, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** das respostas.

- a) E – C – E – E – C – E – C – E
- b) E – C – E – C – C – C – E – E
- c) E – E – E – E – C – C – C – C
- d) C – E – C – E – C – E – C – E
- e) E – E – C – C – E – E – C – C

➤ Leia o seguinte texto, ao qual se referem as duas próximas questões.



(Adão Iturrusgarai. Kiki – A primeira vez. São Paulo: Devir, 2002. p. 42.)

39. Na seguinte frase da tirinha: “Não ligou! Mas eu não estou nem aí!”, o segmento grifado:

- a) estabelece uma relação semântica de fim em relação ao antecedente e apresenta palavra acentuada pelo mesmo motivo por que se acentuam baús e saís (vós saís).
- b) estabelece uma relação semântica de condição em relação ao antecedente e apresenta palavra acentuada pelo mesmo motivo por que se acentuam caféina e jurití.
- c) estabelece uma relação semântica de causa em relação ao antecedente e apresenta palavra acentuada por motivo diferente do que explica o acento em sabiá e sábua.
- d) estabelece uma relação semântica de oposição em relação ao antecedente e apresenta palavra acentuada pelo mesmo motivo por que se acentuam saúva e saída.
- e) estabelece uma relação semântica de consequência e apresenta palavra acentuada por motivo diferente do que explica o acento em lápiz e lótus.

40. Fiel ao estilo coloquial, a personagem, na primeira fala, poderia dizer assim: Lucas foi o rapaz que eu fiquei ontem. A língua culta, entretanto, recomendaria o emprego da preposição “com” antes do pronome relativo (o *rapaz com quem eu fiquei*, por exemplo). Atento a esse aspecto do emprego da preposição antes do pronome relativo, segundo o que recomenda a regência do padrão culto, marque a única alternativa em que as duas construções são consideradas **CORRETAS**.

- a) A pessoa que fiz referência é extremamente simpática. / A pessoa com quem falei foi extremamente simpática.
- b) Este é o ideal que jamais vou desistir. / A cidade que Carlos procede é um importante por suas faculdades.
- c) Os alunos cujas provas me referi foram brilhantes. / Amo a Cristo, cuja mensagem tenho procurado seguir.
- d) Está aqui a jovem a cujos exames foram elogiados. / A universidade aonde nos formamos é famosa até no exterior.
- e) Não eram dignas as propostas contra as quais lutamos. / Cristo, em cuja mensagem creio, pregou o amor ao próximo.

LEGISLAÇÃO

41. Lula, professor em universidade pública federal, elegeu-se vereador. No que diz respeito à sua situação funcional, segundo a Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar:

- a) Lula ficará automaticamente afastado de seu cargo de professor universitário durante o exercício do mandato eletivo, recebendo as remunerações do cargo de professor e do cargo eletivo.
- b) Lula deverá se exonerar do cargo de professor universitário para exercer o mandato eletivo.
- c) Lula ficará automaticamente afastado de seu cargo de professor universitário durante o mandato eletivo, recebendo, exclusivamente, a remuneração do cargo eletivo.
- d) Lula ficará automaticamente afastado de seu cargo de professor, mas receberá a remuneração relativa a esse cargo, não recebendo qualquer vantagem pecuniária pelo exercício do mandato eletivo.
- e) Lula será investido no mandato de vereador e, havendo compatibilidade de horários, receberá as vantagens de seu cargo de professor, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

42. Em matéria de recurso administrativo, segundo a lei 9.784/99, é **CORRETO** afirmar:

- a) Das decisões administrativas, cabe recurso somente em face de razões de legalidade.
- b) Para o fim de reconsideração, o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Se esta autoridade não reconsiderar sua decisão no prazo de dez dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.
- c) A interposição de recurso administrativo sempre depende de caução.
- d) Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- e) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

43. Nos termos da lei 8.112/90, a posse do servidor público federal dar-se-á pela assinatura do respectivo termo e ocorrerá no prazo de:

- a) 30 dias contados da publicação do ato de provimento.
- b) 15 dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) 30 dias contados da publicação do ato de homologação do resultado do concurso público.
- d) 15 dias contados da publicação do ato de homologação do resultado do concurso público.
- e) 30 dias contados da publicação do resultado do concurso público.

44. Sobre a Comissão de Ética prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética.
- b) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, desde que mediante retribuição financeira e ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- c) A Comissão de Ética será encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- d) À Comissão de Ética cabe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- e) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

45. Sobre os crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal Brasileiro, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Configura “peculato” o ato de apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- b) Configura “peculato mediante erro de outrem” o ato de apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- c) Configura “concussão” o ato de pedir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) Configura “corrupção passiva” o ato de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) Configura “advocacia administrativa” o ato de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

INFORMÁTICA

46. Observe as seguintes afirmações sobre as funções das teclas no programa Microsoft Word.

- I) A tecla Ctrl, pressionada em combinação com a letra “L”, possibilita localizar uma palavra em um texto.
- II) A tecla Alt, pressionada simultaneamente com os números 166 do teclado numérico, produzirá o símbolo %.
- III) A combinação da tecla Ctrl com a letra “C” é utilizada para colar um item selecionado.

Pode-se afirmar que:

- a) somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) todas as afirmativas são verdadeiras.

47. Sobre o programa Microsoft Excel, analise as afirmativas abaixo.

- I) É possível abrir mais de uma planilha dentro de um mesmo arquivo.
- II) Em uma planilha com várias colunas, é possível classificar os dados, selecionando uma coluna a partir do menu Dados/Classificar.
- III) O símbolo Σ representa a função de AutoSoma.

Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

48. O envio de mensagens de correio eletrônico (e-mail) não autorizadas para um grande número de pessoas é chamado de:

- a) Spyware.
- b) Trojan.
- c) Worms.
- d) Spam.
- e) Vírus.

49. Para alternar entre as janelas abertas do Windows, utiliza-se um atalho de teclado, pressionando, respectivamente, as teclas:

- a) CTRL e ALT.
- b) ALT e TAB.
- c) CTRL e SHIFT.
- d) SHIFT e DEL.
- e) CTRL, ALT e DEL.

50. Analise as afirmativas abaixo.

- I) Ao enviar uma mensagem, através de um programa gerenciador de e-mail, pode-se utilizar a opção de cópia oculta, para que um determinado destinatário não seja visualizado pelos demais.
- II) A extensão RAR é utilizada para compactação de arquivos.
- III) Ao abrir uma nova janela anônima em um navegador, as informações digitadas não serão gravadas no cache, mas as páginas visitadas continuarão aparecendo normalmente no histórico.

Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.